



Imagem: Aline Silveira Viana e Juliana Sartori

**“Nosso corpo é azeite...”:
três faces da memória social em torno de um incêndio numa
aldeia do interior de Portugal**

Norma Valencio

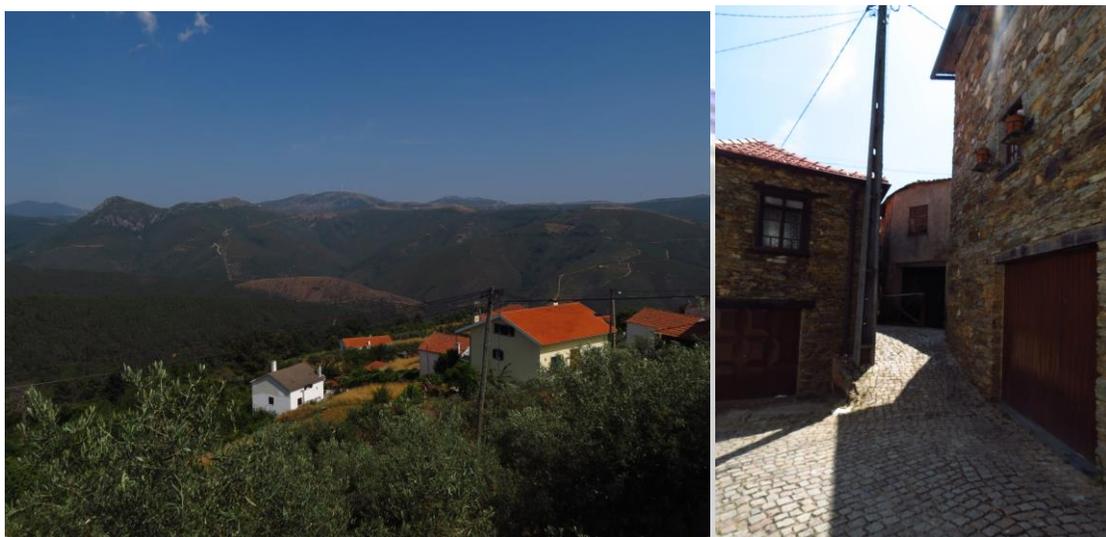
*Lembra como é curta a minha vida;
lembra que todas as pessoas que criaste vão morrer um dia.
Quem pode continuar vivo e nunca morrer?
Quem pode escapar da sepultura?
(Salmos 89.46-8)*

“Nosso corpo é azeite...”.

Foram esses os termos delicados através dos quais a Dona Lourdes nos explicou a morte trágica de duas de suas amigas por ocasião de um dos maiores incêndios florestais que devastou a aldeia onde todas moravam, a de Cepos, encravada no alto da serra do Açor, na região central de Portugal.

Cepos conta com uma população local de pouco mais de 100 pessoas, a maioria idosos. Como ocorre nas demais aldeias da região, em parte os idosos de Cepos sobrevivem com os recursos financeiros provenientes de sua aposentadoria e, noutra parte, daquilo que logram

obter diretamente daquilo que cultivam nas suas frações de terra ao redor do modesto núcleo urbano da referida aldeia. Exceto a época de férias de verão, quando os familiares mais jovens e residentes nas grandes cidades vão à aldeia para revê-los, descansar e usufruir de sua segunda moradia ali inserida, renovando os vínculos com o lugar, o cotidiano ali aparenta transcorrer em grande calma. Mas, os frequentes incêndios nas florestas à volta quebram essa rotina e alarmam os moradores.



Aspectos da aldeia de Cepos. Fotos: N. Valencio, julho, 2013.

Sou-me estranho e foi mesmo inusitado, para mim, pensar o corpo humano como azeite, pois, desde tenra idade aprendi, na escola, que éramos feitos de água, constituído em até 70% por essa substância líquida. Recordo-me da necessidade dessa aprendizagem para a vida prática da infância dos meus tempos quando ainda era frequente que as crianças se esbaldassem de brincar ao ar livre, expostas ao sol, esquecidas de tomar água em quantidade suficiente para manter o corpo hidratado.

Sigo devaneando sobre a explanação alternativa de Dona Lourdes acerca do fluido constitutivo do corpo e indago à minha colega cientista: “*que outro povo no planeta diria que o nosso corpo é azeite, senão o povo português?*”. Penso eu que as oliveiras robustas que ornamentam com discórdia cada canto daquelas serras, frutificando desde os quintais das moradias mais humildes aos terraços com plantações de autoconsumo, vizinhas às furtivas ou escandalosas parreiras, sejam um aspecto da expressão identitária deste povo serrano acostumado a moldar, simultaneamente, o seu lugar e o seu corpo no saber-fazer de azeites, vinhos, pães, queijos, batatas e couves de variadas qualidades. Contudo, minha colega nominou mais quatro outros povos cultivadores de oliveiras e produtores do azeite a fim de chacoalhar a minha mente e repô-la noutra prumo lógico. Mas, a forma poética como as mortes tão trágicas ocorridas em Cepos tinham sido vinculadas ao tal fluido não me saía da cabeça. Com os meus

botões, sigo divagando sobre a ideia que um corpo constituído predominantemente de água reste diante o fogo de um incêndio evaporando, isto é, desidrate-se; porém, um corpo que se entenda simbolicamente como azeite, ao ver-se diante a necessidade de enfrentar as brasas se esvaia ainda mais indefeso e propício à combustão. Tal contato o faria arder inexoravelmente. Daí que a deliberação de afrontar o perigo seria, talvez, apenas justificável pela noção de um dever a cumprir ou aos vínculos, com algo ou alguém, ambos sedimentados num repertório de significados, socialmente produzido e compartilhado, em torno de valores, afetos, práticas e afins.

Numa tarde do último julho abrasador em Portugal, os aldeãos idosos de Cepos reuniram-se numa roda de conversa, na Casa da Comunidade, para compartilhar conosco¹ as suas vívidas memórias em torno dos acontecimentos dramáticos que, para esses velhos moradores locais, dividem a sua trajetória coletiva em duas, antes e depois do incêndio ocorrido no verão do ano de 1975. A presidente da associação comunitária, Dona Etelvina, os havia mobilizado nos dias anteriores para esse encontro, cuja prosa circularia em torno daquele triste episódio. Estavam à nossa espera, sentados em semicírculo num salão fresco e se disponibilizaram gentilmente para tecer coletivamente os fragmentos de lembranças sobre o ocorrido e resignificá-los conforme os mesmos emergiam.

Antes mesmo de nos sentarmos à roda, Seu António nos oferece garantias prévias que aquilo a respeito do qual conversaremos era tudo verdade, tinha ocorrido de fato. Guardou com zelo um recorte de jornal da época, da imprensa regional, com a manchete sobre a tragédia ocorrida em Cepos e ofereceu esse guardado como uma preciosidade, colocando-o por sobre a mesa, na entrada do salão, para que o seu conteúdo fosse atestado por nossos olhos e respectivas câmeras fotográficas. Como nós, os interlocutores, éramos cientistas e estrangeiros àquela realidade, ocorrera talvez ao Seu António a hipótese que os relatos que ouviríamos dos idosos não nos parecessem eventualmente críveis ou suficientes. Aquela página de jornal foi cuidadosamente armazenada por motivos que sequer imagino; mas, no momento, destacava-se como uma face da memória social, uma ponte para acessá-la, registro que, conservado com esmero, interligava os tempos cronológicos no mesmo tempo social, quiçá havendo expectativa de que fosse elevada a um estatuto de prova acerca da gravidade do ocorrido no âmbito regional. A repercussão regional daquele caso de incêndio suscitou manifestações externas de solidariedade, especialmente para os que perderam seus meios de vida e o povo das aldeias vizinhas enviou provimentos. Fotogravamos a matéria da imprensa sobre o assunto, o que nos permitiu prosseguir para aquilo que centralmente nos levou a Cepos, a saber, a busca pelo

¹ Trata-se de parte da equipe de pesquisadores que empreendeu a viagem precursora do projeto científico intitulado “*Por entre brasas e fumaças: memória social e vida cotidiana de idosos afetados em desastres relacionados aos incêndios florestais em Portugal*”. A logística para viabilizar a coleta de informações *in loco* foi propiciada pela Junta da Freguesia da Aldeia de Dez e pelo Professor Luciano Lourenço, coordenador do Núcleo de Investigação Científica em Incêndio Florestas-NICIF, da Universidade de Coimbra, a quem agradecemos.

olhar dos idosos sobre as facetas do drama pelo qual haviam passado cerca de quarenta anos antes e, à luz do tempo, compreender os processos do grupo na reelaboração de significados em torno daquela experiência.



No jornal, a manchete sobre o incêndio em Cepos. Foto: N. Valencio, julho de 2013.

Dona Lourdes se manifestou, desde o início da conversa, como uma hábil condutora da narrativa coletiva sobre essa importante passagem da vida comunitária. Com a fala autorizada pelos demais, trouxe à tona reminiscências que foram enfeixadas e enfeixaram os relatos dos demais membros do grupo, entremeando passagens sobre os perigos ali manifestados, as práticas comunitárias diante os mesmos e os sentidos atribuídos a essas práticas. Dos inúmeros fragmentos da memória sobre aquele incêndio, destacou-se a de que a comunidade sentiu-se acuada pelo fogo, sem poder contar com uma rota de fuga apropriada; sofria pelos animais de criação que agonizavam nas chamas, pelo olival em brasa; acudia em vão a casa e os objetos de valor material e simbólico; a fumaça aturdiu os sentidos; dentre outros. Pairou um sentimento de impotência, pois tudo o que fizesse pra conter as chamas nada valia e que só lhe restava chorar. “...cada um chorava as suas” e conclui-se: “**nós não temos memória de uma coisa igual...**”. Em meio à busca por fazer algo para aliviar o prejuízo ou socorrer aos próprios membros das comunidades que tinham dificuldades em se safar das brasas, duas das jovens mulheres que foram ao encontro nos animais de criação, para conduzi-los a um local menos inseguro. Chegaram até os mesmos, mas não tiveram tempo hábil para livrá-los das chamas e nem encontraram abrigo condizente para se protegerem na empreitada. Uma delas ajoelhou-se sobre o cascalho, abraçada aos seus animais, e ali o seu corpo desfez-se em meio às chamas, deixando uma marca sobre o cascalho que, durante algum tempo, tornou-se lugar de visitação e preces da comunidade. Dona Lourdes nos conta, ainda, que estavam em companhia delas, que eram suas amigas, mas teve mais pernas para correr.

A memória social que nos foi introduzida pelo convite à apreciação de um jornal amarelecido tornou-se, assim, a palavra viva dos idosos. Face pungente, ativa, permeada por diferentes entonações, olhares mergulhados em si mesmos, gestos amplos e também por silêncios densos, conjunto que descortinou a presença de rumações sobre certas perdas,

nunca superadas. Palavra referida ao tempo em que os apuros do incêndio os encontraram no seu pleno vigor físico, mas cujas dores e lamentos permaneciam nas lembranças e como aspecto de seus corpos ora aquebrantados.

Após papel e palavra, o grupo de idosos se despediu de nós arrematando com a recomendação para que víssemos a homenagem comunitária às suas quase mártires, afixada do lado externo do muro próximo ao portão de entrada do cemitério da aldeia. Não era preciso recomendar, pois lá já tínhamos estado, nos deparado com aquela terceira face da memória, a placa de homenagem que destacava e eternizava as mortes no incêndio de 1975 (um senhor faleceu dias depois devido à inalação prolongada da fumaça). A homenagem – única a ornamentar a parte externa do muro, com mensagem clara ao entendimento, acessível a quem passa de veículo ou a pé e a quem sequer tenha a intenção de entrar no cemitério – vem ao propósito de recordar perenemente à comunidade e aos transeuntes que esses falecimentos ultrapassam, em significado, todos os demais cujos corpos ali repousavam.



A homenagem comunitária aos mortos. Foto: N. Valencio, julho de 2013.

As duas mulheres que morreram carbonizadas no referido incêndio transcenderam de sua vida comum para representarem o horror da exposição comunitária àquelas avassaladoras brasas que se alimentavam do calor, do vento, da floresta e da mata ressequida ao redor e cujo combate pelos meios operacionais disponíveis à época fora insuficiente. Suas respectivas mortes foram a maior dentre todas as medidas do sofrimento ali experimentado na ocasião e simultaneamente a expressão de uma grandeza a ser lembrada. Tratava-se da contingência da própria vida humana frente aos ditames da consciência moral quando urge proteger a vida alheia que se mostra indefesa, como era o caso da vida dos animais sob sua guarda. Tal sentimento de compaixão, expresso pela corrida das mulheres na direção do perigo, e não na direção oposta, flui continuamente no imaginário religioso do aldeão simples de Cepos. O corpo feito de azeite remete aos óleos sagrados apropriados para os rituais de unção. E aquele que se desfaz pelo fogo também é passível de remeter a um imaginário antiquíssimo sobre a expiação coletiva ensejando a redenção do grupo.

O corpo que é azeite é também a vida que por ele escorre, sempre frágil, dia após dia, recordação que impõem humildade, abrandam as urgências do ego e fortalece os laços comunitários, tornando essencial dar conta de envolver-se na trama do sofrimento alheio, abrandando-o. A produção de tais significados, como construtos socioculturais, isto é, como aquilo que faz parte do universo humano, adiciona complexidade aos ditos cálculos de risco.

O caso do incêndio de Cepos vem ao propósito de ponderar que o cientificismo e tecnicismo em torno do melhoramento da “percepção de risco”, da “conscientização do risco” e similares forja um receituário valorizado no âmbito de infindáveis e estéreis debates sobre os riscos na contemporaneidade; todavia, na tarefa do viver, estão numa direção interpretativa que solapa a imperiosa tarefa de compreensão da complexidade da condição humana e do mundo social diante as mais duras adversidades.